



Marcelo Miterhof

Economista do BNDES



Pensamento econômico

O estatuto da nossa gafieira¹

“Um astrônomo, um físico e um matemático andavam de trem pela Escócia quando avistam pela janela uma ovelha.

O astrônomo disse de bate-pronto: ‘As ovelhas na Escócia são pretas’.

O físico o corrigiu: ‘Ao menos uma ovelha na Escócia é preta’.

E o matemático: ‘Ao menos um lado de uma ovelha na Escócia é preto’.”

Essa piada – que aprendi no livro *You talkin’ to me? Rhetoric from Aristotle to Obama*, de Sam Leith – é especialmente saborosa para um economista. Ao usar uma ciência formal para fazer troça da dureza das ciências naturais, ela nos ajuda a olhar de uma maneira menos idealizada para a pergunta: economia é ciência?

Parte da confusão se dá quando se toma “ciência dura” como sinônimo de ciência. E a conhecida capacidade dos economistas de fazerem previsões ruins dificulta a equiparação da economia à física ou à astronomia.

Essa, porém, não é uma questão epistêmica tão decisiva. Pode significar apenas que o desenvolvimento da economia como ciência está em estágio inicial. A meteorologia, por

exemplo, foi capaz nas últimas décadas de melhorar substancialmente suas previsões.

Este artigo busca refletir sobre o estatuto epistemológico da economia.

Uma constatação inicial: a economia é antes de tudo um sistema, isto é, um conjunto que coisas que se relacionam obedecendo a determinadas regras ou produzindo regularidades sob certas condições.

A economia é como um carro ou um avião, que são sistemas construídos pelos humanos, articulando partes e peças para transportar pessoas e cargas por autopropulsão. Carros e aviões são construídos de maneira evolutiva e planejada, sob o controle centralizado de uma empresa.

De certa maneira, a economia pode ser equiparada à engenharia. Esta – a partir de conhecimentos científicos, em especial da física e da química – prescreve métodos para construir ou fabricar sistemas, como carros e aviões.

A economia é um sistema que provê e distribui bens e serviços nas sociedades. Sua construção é feita de forma descentralizada por múltiplos

atores, que se articulam em subsistemas, como na clássica divisão entre subsistemas produtivo e monetário. A interação de seus atores (pessoas, empresas e Estados) produz inovações produtivas e financeiras, que fazem o sistema evoluir de maneira aberta e algo fora do controle desses atores e mesmo da coletividade.

Aqui reside uma diferença para a engenharia. Embora a economia também tenha um evidente caráter prescritivo, a multiplicidade e a descentralização dos atores que constroem e atuam no sistema econômico e em sua reprodução tornam possível estabelecer uma ciência em torno do desafio de compreensão de como as sociedades organizam esse sistema e o que move os humanos, individual ou coletivamente, nas interações que nele ocorrem.

Enquanto a engenharia constrói sistemas a partir de conhecimento científico, a economia busca o conhecimento do sistema que estuda. É possível tentar entender como o sistema econômico funciona e evolui: moeda, inovações, investimentos, taxas de juros, tecnologias, impostos, entre outras coisas, são instrumentos e características passíveis de um esforço de conhecimento.

Em suma, a economia é ao mesmo tempo o sistema e a ciência que o estuda. A língua portuguesa dificulta um pouco essa diferenciação porque usa a mesma palavra “economia” para designar as duas coisas. O idioma inglês tem duas palavras distintas, respectivamente: *economy* e *economics*.

A economia como ciência sofre da dificuldade do ser humano de se

Enquanto a
engenharia constrói
sistemas a partir de
conhecimento científico,
a economia busca o
conhecimento
do sistema que estuda

afastar de si mesmo. Essa dificuldade está presente em todas as ciências sociais, mas em graus distintos. A linguística talvez seja a mais dura das ciências humanas, pois a imensa variabilidade das línguas, que apresentam uma estrutura sistemática, permite identificar regularidades formais e testar hipóteses de forma comparativa. Em menor medida, algo parecido vale para a antropologia, ao menos na etnologia.

A economia precisa lidar de forma radical com a mencionada dificuldade. Ela se divide em teorias que de uma maneira bem geral são classificadas entre ortodoxia e heterodoxia. Essas correntes representam visões de mundo duradouras e que extrapolam o pensamento econômico. Há um alinhamento, ainda que nem sempre coincidente, no qual a economia reproduz nos últimos dois ou três séculos uma diferença que na filosofia ocidental ocorre há dois ou três milênios: as teorias ortodoxas

são de corte idealista e as heterodoxas são empiristas.

A teoria da concorrência perfeita, por exemplo, que baseia a longa tradição do equilíbrio geral, advoga a existência de pressupostos que não se verificam na prática (produtores atomizados, indiferenciação de produtos/serviços, livre mobilidade de capital e informação perfeita), mas que seriam a fonte (as formas) no mundo das ideias do que acontece de maneira imperfeita (as sombras) com a competição na realidade. O mundo racional precede o mundo contingencial em que vivemos. É uma teoria saída diretamente da caverna de Platão.

Mesmo as teorias ortodoxas que não se filiam à tradição do equilíbrio geral, como a teoria dos jogos, têm em comum o pressuposto da existência de um agente racional maximizador. Há um esclarecimento importante. Essas teorias permitem fartas pesquisas empíricas, tendo como método unificador a otimização da utilidade por indivíduos racionais. Seu corte claramente idealista (a centralidade do indivíduo racional maximizador) não é incompatível com o trabalho empírico.

No campo heterodoxo, um exemplo são as teses keynesianas de incerteza e convenção, que olham para a experiência tentando identificar padrões de como os agentes operam ante à impossibilidade de prever o futuro para tomar decisões, como as de produção e investimento. Elas são frutos diretos do empirismo inglês, que é algo tributário do “eterno devir” de Heráclito.

Conceituação e empiria fazem parte de quase todos os esforços de conhecimento, mas idealismo e empirismo diferenciam suas visões de mundo pela ênfase ou pela prece-dência que conferem à racionalidade e à experiência.

No caso da economia, não são apenas essas visões de mundo que distinguem o trabalho de teorizar sobre o sistema econômico: a ciência é ainda atravessada pelos interesses individuais e de classe de cada economista.

Um exemplo disso é a famosa “controvérsia do capital”, que opôs, principalmente nos anos 1960, economistas ortodoxos de Cambridge nos EUA (MIT), com destaque para Paul Samuelson e Robert Solow, a heterodoxos de Cambridge (a universidade) no Reino Unido, principalmente Piero Sraffa e Joan Robinson.

Sumariamente, os ortodoxos dizem que numa economia capitalista a distribuição da renda é dada de acordo com a produtividade marginal dos fatores de produção. Trabalhadores e empresários ganhariam segundo as contribuições que dão para a formação do produto. Nesse caso, a distribuição/concentração de renda teria uma justificativa científica, dada pelos fatores técnicos de produção, e até moral: ganhar pouco ou muito estaria ligado a quanto cada um contribui para o bem-estar social.

Como base disso, há pressupostos típicos dos modelos de concorrência perfeita e de equilíbrio geral. Por exemplo, o capital é um agregado e é homogêneo. Sua produtividade física marginal decrescente determina a taxa de lucro.

O que se estuda na economia é mais aberto, mais difícil de ser isolado: um sistema em que os seres humanos estão em interação e em disputas no tempo

Entretanto, os heterodoxos apontaram problemas. Os bens de capital não são homogêneos, o que implica que sua quantidade seja definida monetariamente. Logo, para determinar a produtividade do capital, é preciso saber os preços dos bens de capital, o que exige antes conhecer a taxa de lucro, que por sua vez depende da distribuição do produto, que seria dada pela produtividade marginal dos fatores. Havia uma circularidade na abordagem ortodoxa: para conhecer a produtividade do capital é preciso saber a taxa de lucro, mas para determiná-la é necessário conhecer a produtividade do capital.

Para Sraffa e outras teorias heterodoxas, a distribuição de renda é determinada fora da economia, por disputas sociais e arcabouços institucionais. Por exemplo, crescimento acelerado e a existência de uma rede de proteção social favorecem o poder de barganha dos trabalhado-

res e, assim, a desconcentração da renda. A ausência de tais condições desfavorece os trabalhadores e promove concentração.

Samuelson reconheceu em um artigo de 1966 boa parte dos problemas centrais apontados. Apesar dessa concessão formal, as teorias ortodoxas permaneceram vivas. O paradigma permaneceu praticamente o mesmo, ainda que a roupagem das ideias e o instrumental usado na sua formalização tenham se modernizado. Afinal, as narrativas econômicas também fazem parte das disputas na sociedade.

Ter que lidar com distintas visões de mundo e com disputas de interesses traz uma dura consequência para o desenvolvimento da economia como ciência: suas disputas teóricas tendem a não ser resolvidas.

Nas ciências naturais, é comum que uma nova teoria gere resistências, não necessariamente por razões diretamente ligadas ao conhecimento em questão – por vezes fruto de rivalidades nacionais, entre centros de pesquisas ou até pessoais. Contudo, o afastamento que se estabelece do objeto de conhecimento permite que se crie experimentos que, nas palavras de Kant, obrigam a natureza a responder às suas perguntas. Em geral, as controvérsias teóricas são resolvidas no máximo na primeira mudança geracional entre os cientistas.

Na economia, as disputas teóricas persistem indefinidamente. Às vezes se transformam, porém mais na aparência. A dificuldade não é que a economia seja um objeto de conheci-

mento mais complexo do que a física ou a biologia, mas o que se estuda nela é mais aberto, mais difícil de ser isolado: um sistema em que os seres humanos estão em interação e em disputas no tempo.

Além disso, se a natureza é relativamente imutável, a economia como sistema muda constantemente. A criação (não necessariamente planejada) de regimes monetários baseados em moeda fiduciária alteraram sobremaneira as relações entre poupança, investimento e demanda, dando causa às interpretações heterodoxas de determinação do produto e do emprego.

No entanto, o advento da ampla mobilidade global de capital, em especial a partir dos anos 1990, transformou os canais pelos quais operam as políticas fiscal e monetária. A liberalização financeira limita o poder do Estado via política fiscal de favorecer o crescimento, dados os impactos das potenciais fugas de capitais na inflação e no próprio crescimento.

As implicações teóricas dessas mudanças histórico-institucionais sofrem com a resistência em ambos os lados dos pesquisadores da economia como ciência em flexibilizar suas visões de mundo e/ou atentar contra seus interesses.

O resultado é que a economia é uma ciência multiteórica. O pluralismo teórico pode ser um sinal de vitalidade epistemológica. Afinal, qualquer ciência só produz modelos e explicações cujas regularidades são estabelecidas de forma local e provisória. Ter teorias concorrentes é estar aberto para novas perspectivas.

Ao cabo, é na
política, de preferência
sob democracia,
que se resolvem ou
se moderam
as disputas entre os
economistas

O problema da economia é que a fonte de sua pluralidade é uma incapacidade radical de resolver suas controvérsias, derivada de uma característica que não tem a ver com o desafio de compreensão. Como mostra a controvérsia do capital, a solução da disputa de conhecimento não mudou substancialmente as teorias.

Aliás, a presença do radical “doxa” é um indicador dessa dificuldade: as diferenças entre as correntes teóricas da economia (ortodoxia e heterodoxia) derivam em certa medida de opiniões.

Isso não é necessariamente um problema para as sociedades. Ao cabo, é na política, de preferência sob democracia, que se resolvem ou se moderam as disputas entre os economistas. O pêndulo político (a oscilação nas disputas pelo poder) faz as decisões de política econômica (os planos de ação pública na economia) de distintos interesses e visões de mundo se limitarem mutuamente.

Se o mundo dá conta de lidar à sua maneira com as divergências que se expressam entre os economistas, isso não resolve um problema bem mais particular, o de quem também quer se ocupar da economia como ciência.

O esforço deste texto foi o de tentar desembolar o que é o sistema econômico (digamos, a economia “em si”), a busca pelo conhecimento desse sistema (a economia como ciência) e a quase automática passagem para a prescrição de como deve ser o sistema econômico (a economia como “engenharia”).

O diabo é que a economia como engenharia recoloca as disputas políticas (ideológicas e de interesses), que ajudam a embolar mais o desenvolvimento da ciência econômica.

Ainda assim, se a dureza pode virar piada com a astronomia e a física, é menos difícil lidar com a constatação de que ela é uma miragem na economia. Por isso, quero crer que desenvolver uma consciência epistemológica de si é útil nos estudos dos economistas.

P.S. Neste artigo em especial, preciso agradecer aos ótimos comentários de meus amigos – o economista Thiago Pereira e o epistemólogo Marcelo do Amaral Penna-Forte –, que leram versões preliminares no feriado de Ano Novo. Os erros remanescentes naturalmente são de minha responsabilidade. ■

¹O artigo não reflete necessariamente a opinião do banco. E-mail: marcelo.miterhof@gmail.com.

*Marcelo Miterhof escreve
a cada bimestre.*